



Estados discutem salários de professores com Gilmar Mendes

09/12/2008

O governador do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, e representantes dos estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Ceará se reuniram na manhã desta terça-feira (9/12) com o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes. Os cinco estados são autores da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.167, que questiona dispositivos da Lei 11.738/08, que instituiu o piso salarial único para os professores de todo o Brasil.

De acordo com Puccinelli, eles não são contra o piso nacional de R\$ 950 para o magistério. No entanto, discordam da alteração no número de horas para planejamento de aula. Atualmente, um professor que dá 40 horas aula semanais tem 10 horas reservadas para planejar. A lei altera esse tempo para 13,33 horas de planejamento e somente 26,67 horas de sala de aula. “É neste ponto que discordamos”, afirma o governador.

Segundo a ADI, do jeito que foi aprovada, a norma contraria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que prevê que os sistemas educacionais são próprios e feitos pelos estados.

Na reunião desta terça-feira, os representantes dos estados trouxeram ofícios da Frente Nacional dos Prefeitos que é contra a ampliação da hora atividade, além de ofícios da Confederação Nacional de Municípios que representa quase três mil municípios brasileiros também contrários a medida.

Segundo o governador do Mato Grosso do Sul, houve um entendimento errôneo por parte de alguns parlamentares que fizeram emendas e o texto aprovado não é o inicial. “O texto aprovado é inexecutável. Não há estado nem município que, aplicando isso hoje, possa em 2008 cumprir a lei de responsabilidade fiscal porque não houve previsão orçamentária no ano. A lei não retroage para prejudicar e neste caso a lei está retroagindo para prejudicar”, afirmou.

ADI 4.167

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2008-dez-09/estados_discutem_salarios_professores_gilmar_mendes/